ODR HEALTH SPE S.A.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro

2025

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **1**

Balanços patrimoniais **3**

Demonstrações do resultado **4**

Demonstrações do resultado abrangente **5**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **6**

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto **7**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **8**

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, aos Acionistas, à Diretoria e aos Administradores da
ODR Health SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ODR Health SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ODR Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma\-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

59500

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

ODR HEALTH SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	100.021	1.476
Impostos a recuperar	4	832	74
Total do ativo circulante		100.853	1.550
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	4	3.631	-
Ativo financeiro	5	49.510	-
Intangível	6	8.958	3.355
Total do ativo não circulante		62.099	3.355
TOTAL DO ATIVO		162.952	4.905

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	3.349	1.985
Impostos e contribuições a recolher	9	492	18
Partes relacionadas	8	-	951
Total do passivo circulante		3.841	2.954
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos a recolher	10	5.632	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	239	-
Debêntures	11	136.503	-
Total do passivo não circulante		142.374	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	20.000	2.001
Prejuízo acumulado	12	(3.263)	(50)
Total do patrimônio líquido		16.737	1.951
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		162.952	4.905

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	13	35.918	-
Custo de serviço prestado	14	(34.530)	-
LUCRO BRUTO		1.388	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	14	(842)	-
		(842)	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		546	-
Receita financeira	15	6.052	-
Despesa financeira	15	(9.572)	(50)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(3.520)	(50)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(2.974)	(50)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	16	-	-
Diferido	16	(239)	-
		(239)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(3.213)	(50)
Resultado básico por ação, em R$	17	(0,20)	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.213)	(50)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.213)	(50)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social			Prejuízo acumulado	Total patrimônio líquido
		Subscrito	A Integralizar	Integralizado		
CONSTITUIÇÃO EM 15 DE OUTUBRO DE 2024	7	1	-	1	-	1
Aporte de capital em 03 de dezembro de 2024	7	3.870	1.870	2.000	-	2.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(50)	(50)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		3.871	1.870	2.001	(50)	1.951
Integralização de capital	12	-	(1.870)	1.870	-	1.870
Aumento de capital	12	(3.871)		16.129	-	16.129
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.213)	(3.213)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		-	-	20.000	(3.263)	16.737

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.974)	(50)
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	5	(704)	-
Amortização de ativo intangível	6	204	-
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	11	9.229	-
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		5.755	(50)
Variação no capital circulante:			
Impostos a recuperar	4	(4.389)	(74)
Fornecedores e prestadores de serviços	7 e 21	(1.949)	1.985
Partes relacionadas		(951)	951
Impostos a recolher	9	6.106	18
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		4.571	2.830
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	5 e 21	(45.492)	-
Intangível	6	(5.807)	(3.355)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(51.299)	(3.355)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Ingresso de Empréstimo e financiamentos	11	127.274	-
Aporte de Capital	12	17.999	2.001
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		145.273	2.001
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		98.545	1.476
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	1.476	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	3	100.021	1.476
Variação do caixa e equivalentes		98.545	1.476

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

- -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ODR Health SPE S.A. ("Companhia" ou "ODR Health"), é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, com sede em Palmas (TO). A Companhia foi constituída em 21 de outubro de 2024 e detém parceria público - privada com o Governo do Estado de Tocantins para a prestação de serviços ao novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina nos termos do Contrato de Concessão n° 02/2025 firmado em 10 de fevereiro de 2025, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A. ("Controladora"), a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo BTG PACTUAL INFRA SOCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES II MULTIESTRATÉGIA.

A Companhia não realizou, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão nº 02/2025, celebrado em 10 de fevereiro de 2025, tem por objeto a construção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR, bem como a gestão, operação e manutenção dos serviços não assistenciais da unidade.

O perfil hospitalar do HMMDR será voltado para especialidades ginecológicas e obstétricas, abrangendo atendimentos de gestação de risco habitual e alto risco, além de cuidados neonatais. A unidade contará com estrutura para internações e atendimentos ambulatoriais de recém-nascidos até 28 dias de vida, incluindo leitos de UTI Neonatal, além de outras unidades específicas.

Ao todo, o hospital disponibilizará 210 leitos. Além dos setores de internação, o hospital contará com ambulatórios e demais áreas de apoio, planejadas para oferecer um atendimento humanizado, eficiente e de qualidade às pacientes e seus familiares.

Em 06 de maio de 2025, foi assinada a Ordem de Início de Serviços da Etapa de Obras, bem como a Data de Eficácia do Contrato de Concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 2.7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data da aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 18 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.6 Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.6.3 Intangível

A ODR possui ativo intangível decorrente dos custos de consultoria para elaboração de projetos iniciais da concessão conforme nota 7.

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível.

2.6.4 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços e compras de insumos necessários para construção do hospital.

2.6.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- IAS 21 / CPC 02 - Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025
- OCPC10: A OCPC 10 é uma orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e tornou-se obrigatória para Companhias abertas em 1 de janeiro de 2025. A OCPC 10 foi desenvolvida em parceria entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CPC, com o objetivo de: (i) Estabelecer um tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização; (ii) Garantir a consistência das demonstrações financeiras; (iii) Integrar os relatórios de sustentabilidade e (iv) Alinhar-se à prática internacional sobre o tema.

2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou os CPCs correspondentes às IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente.

CPC 51 (equivalente à norma internacional IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras): Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

IFRS 19 - (ainda não possui um CPC correspondente) - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40) são:

Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

Classificação de ativos financeiros

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo**

As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).

- **Ativos financeiros com características 'non-recourse'**

As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.

- **Instrumentos contratualmente vinculado**

As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

Divulgações

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os requisitos do CPC 40 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.

- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais**

As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá:

- Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou

- Aplicar apenas as alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a CPC 23, com exceções específicas.

Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	7	6
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	100.014	1.470
	100.021	1.476

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados a uma taxa média de aproximadamente 105% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS (a)	3.631	74
IRPJ/CSLL (b)	88	-
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	744	
	4.463	**74**
Circulante	832	74
Não Circulante	3.631	-

(a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.

(b) O montante corresponde aos impostos pagos antecipadamente por estimativa.

5 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2025	**-**
Atualização monetária do ativo financeiro	704
Adições (a)	48.805
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**49.510**
Circulante	-
Não Circulante	49.510

(a) Dentro desse montante está incluso o valor de R$7.869 relativo ao pagamento realizado por antecipação junto a fornecedor do segmento de construção civil, conforme termos acordados entre ambas as partes. Esse pagamento tem como objetivo assegurar o cumprimento das condições contratuais e garantir a continuidade do projeto, e a efetiva prestação dos serviços relativos a esse adiantamento tem a execução esperada ao longo dos próximos 17 meses.

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R$41.641 em 31 de dezembro de 2025 (R$0 em 31 de dezembro de 2024). Representado pelos valores relacionados a construção do hospital que serão remunerados pelo poder concedente. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$704 (R$0 em 31 de dezembro de 2024), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A Companhia reconhece mensalmente no resultado a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 8,44% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão.

Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro será atualizado anualmente através da cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Ressalta-se que não houve atualização até 31 de dezembro de 2025, uma vez que o projeto se encontrava em fase de obras. Nesse período, conforme estabelecido contratualmente, não há pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

6 INTANGIVEL

Intangível pode ser assim demonstrado:

Direito de uso de concessão 2025	
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.355
Adições (a)	5.807
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**9.162**
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Amortização	(204)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(**204**)
Saldo Residual Líquido	
Em 31 de dezembro de 2024	3.355
Em 31 de dezembro de 2025	**8.958**

Refere-se a gastos incorridos, principalmente com consultorias no desenvolvimento e elaboração do projeto para a obtenção da concessão. A amortização será de acordo com o prazo da concessão. Gastos previstos conforme edital.

7 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como não circulante.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores – terceiros	3.349	1.985
	3.349	**1.985**

8 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	Relação	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	-	951
		-	**951**

(i) Refere-se ao pagamento de despesas com honorários de assessorias para participar da licitação referente Parceria Pública-Privada de Tocantins.

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os saldos de impostos a recolher podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
ISS	283	-
PIS/COFINS	46	-
INSS	151	-
Outros impostos	12	18
	492	**18**
Circulante	492	18

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS e ISS Diferidos (i)	5.632	-
	5.632	**-**
Não circulante	5.632	-

(i) A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2055. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

11 DEBÊNTURES

A Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R$130.000, sendo: R$65.000 referentes à Primeira Série, emitida em 30 de abril de 2025, e R$65.000 referentes à Segunda Série, emitida em 15 de outubro de 2025.

As debêntures possuem prazo de 2 anos, com remuneração equivalente a CDI + 2,25% ao ano, com vencimento em parcela única em 30 de abril de 2027.

Os recursos captados foram destinados ao financiamento de investimentos relacionados à implantação do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, em Palmas, TO, abrangendo despesas associadas às obras de construção e expansão do empreendimento. Esses investimentos incluem, entre outros, gerenciamento das obras, aquisição de materiais, elaboração de projetos, obtenção de licenças, construção de instalações, bem como aquisição de mobiliários e equipamentos necessários à futura operação do hospital.

A operação é regida, entre outros, pelos seguintes documentos:

(i) Escritura de Emissão;

(ii) Contratos de Garantia, incluindo alienação de ações do Companhia detidas pela Controladora e cessão fiduciária de direitos creditórios;

(iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e a instituição financeira distribuidora;

(iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário (“Contrato de Conta Vinculada”);

(v) Contrato de conta Garantia; e

(vi) demais instrumentos, anexos e aditamentos relacionados aos documentos mencionados acima.

O saldo do principal encontra-se líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A liquidação integral das debêntures está prevista para ocorrer por meio de recursos provenientes de operação de financiamento de longo prazo a ser contratada. A Administração entende haver razoável segurança quanto à conclusão dessa operação, considerando o estágio avançado das tratativas com instituições financeiras.

O contrato da debênture não prevê covenants específicos atrelados a índices financeiros. No que tange aos covenants não financeiros, a Companhia se encontra adimplente.

Em 15 de outubro de 2025 a Companhia emitiu a Segunda Série das debêntures simples, mencionada acima.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no exercício:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em 31/12/2025	Posição em 31/12/2024
Debentures	20/04/2025	30/04/2027	100% DI+2,25%a. a	130.000	136.503	-
Não circulante (Principal)					139.229	-
Não circulante (custo emissão debentures)					(2.726)	-
Total					**136.503**	**-**

		Principal		Juros e encargos		
Debêntures	**31/12/2024**	**Adições**	**Pagamentos**	**Adições**	**Pagamentos**	**31/12/2025**
Debêntures emitidas	-	130.000	-	-	-	130.000
Juros Contrato	-	-	-	9.229	-	9.229
Amortização juros contrato	-	-	-	-	-	-
Custo com emissão debentures	-	-	-	(2.726)	-	(2.726)
	-	**130.000**	**-**	**6.503**	**-**	**136.503**

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$20.000, representado por 20.000.000 de ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
Acionistas	**Ações (ON)**	**Participação (R$)**	**Participação (%)**	**Ações (ON)**	**Participação (R$)**	**Participação (%)**
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	20.000	20.000	100,00%	3.871	3.871	100,00%
	20.000	**20.000**	**100,00%**	**3.871**	**3.871**	**100,00%**

O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$1 dividido em 1 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 03 de dezembro de 2024 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social da ODR no montante R$3.870 mediante a emissão de 3.869.852 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R$1,00 (um real), sendo R$2.000 integralizados no exercício de 2024 e R$1.870 em 2025.

Em 18 de fevereiro de 2025, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$5.656, divididos em 5.656.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da ODR passou para R$9.527 dividido em 9.526.852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizados em moeda corrente nacional.

Em 15 de abril de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Companhia em R$10.473, mediante a emissão de 10.473.148 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 (um real). O capital social da Companhia passou de R$9.527 para R$20.000, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional.

13 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de remuneração do ativo de concessão (i)	704	-
Receita de construção (ii)	40.846	-
Total de receitas	**41.550**	**-**
Impostos diferidos	(5.632)	-
	(5.632)	**-**
Total da Receita Liquida	**35.918**	**-**

(i) Saldo composto pela parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 5 – Ativo financeiro.

(ii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.

14 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços de obra	(34.510)	-
Serviços de terceiros	(601)	-
Depreciação e amortização	(204)	-
Outros	(57)	-
	(35.372)	**-**
Custo de serviço prestado	(34.530)	-
Despesas gerais e administrativas	(842)	-

15 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.052	-
Total de receitas	**6.052**	**-**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.229)	-
Outras despesas financeiras	(343)	(50)
Total das despesas	**(9.572)**	**(50)**
Resultado financeiro líquido	**(3.520)**	**(50)**

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita	239

	31/12/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(2.974)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**1.011**
Prejuízo Fiscal	(1.250)
	(239)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	**(239)**
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	-
Diferido	(239)
	(239)
Alíquota Efetiva	**(8%)**

17 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação

O cálculo do resultado por ação ponderado para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 pode ser assim demonstrado:

Lucro por ação - ponderado:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Numerador		
Resultado líquido do período	(3.213)	(50)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	16.228	3.871
Resultado por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária - ponderado	(0,20)	(0,17)

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*") ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "*input*" significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "*inputs*" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "*inputs*" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "*input*" que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos a custo amortizado, não apresentam diferença significativa entre seus saldos contábeis e valor justo.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2025			
	Valor Contábil			**Valor Justo**
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	100.021	100.021	-
Ativo financeiro	-	41.641	41.641	-
	-	**141.662**	**141.662**	**-**
Passivos				
Debentures	-	136.503	136.503	139.229
Fornecedores	-	3.349	3.349	.-
	-	**139.852**	**139.852**	**139.229**

	31/12/2024			
	Valor Contábil			**Valor Justo**
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.476	1.476	-
	-	**1.476**	**1.476**	**-**
Passivos				
Fornecedores	-	1.985	1.985	-
Partes Relacionadas	-	951	951	-
	-	**2.936**	**2.936**	**-**

19 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, em bases anuais, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago. Durante o trimestre, não foram identificados indícios que denotassem deterioração da estrutura de capital da Companhia em relação à data auditada de 31 de dezembro de 2024.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 3).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 5, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, consequentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debentures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	41.641	-
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	**41.641**	**-**
Exposição às taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	100.014	-
Passivos		
Debêntures	(136.503)	-
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	**(36.489)**	**-**
Exposição líquida total a taxas de juros	**5.152**	**-**

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2025;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 05 de fevereiro de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

		31/12/2025	Período até 31 de dezembro de 2026				
Indexadores	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		**31/12/2025**					
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	100.014	114.916	107.465	111.191	118.642	122.367
		100.014	**114.916**	**107.465**	**111.191**	**118.642**	**122.367**
Efeito de ganho (perda)			14.902	**(7.451)**	**(3.726)**	**3.726**	**7.451**

Passivos financeiros		**31/12/2025**	**Período até 31 de dezembro de 2026**				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Debênture	Variação CDI	136.503	156.842	146.672	151.757	161.927	167.011
		136.503	**156.842**	**146.672**	**151.757**	**161.927**	**167.011**
Efeito de ganho (perda)			(20.339)	**10.169**	**5.085**	**(5.085)**	**(10.169)**
Efeito de ganho (perda), líquido			**(5.437)**	**2.718**	**1.359**	**(1.359)**	**(2.718)**

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor contábil em 31/12/2025
Debêntures	74.229	92.086	-	166.315	(29.812)	136.503
Fornecedores	3.349	-	-	3.349	-	3.349
Passivos financeiros	**77.578**	**92.086**	**-**	**169.664**	**(29.812)**	**139.852**

O quadro acima representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas.

20 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

31/12/2025				
Seguradora	**Categoria**	**Apólice**	**Vigência**	**Valor**
Axa Seguros S.A	Risco de Engenharia	P-0103478	Jul/2025 a Jul/2026	280.555
Axa Seguros S.A	Resp. Civil	P-0103120	Jul/2025 a Jul/2026	5.000
Ezze Seguros S/A	Garantia	17507049552	Jan/2025 a Jan/2026	100.536
				386.091

21 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Adições ao ativo financeiro por meio da contratação de serviços que ainda não foram pagos no período	3.313	-
	3.313	**-**

22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão deste relatório não houve evento subsequente.

23 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Diretoria de Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

DIRETOR PRESIDENTE E DE OPERAÇÕES
Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Felipe Rodrigues Tonetti

CONTADOR RESPONSÁVEL
Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3

Relatório da Administração

EXERCÍCIO 2025

ODR HEALTH

OPY health

Palmas, 30 de abril de 2026 - A ODR Health SPE S.A. (“Companhia” ou "ODR”), concessionária responsável pela construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais no novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina (“HMMDR”), localizado em Palmas – TO, apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e estão acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Destaques de 2025

- Início efetivo das obras do HMMDR, com avanços físicos relevantes em frentes específicas do projeto, incluindo;
    - Evolução física da Casa da Gestante (72%) e do Ambulatório (68%), com progresso inicial no Bloco Principal do Hospital (7%);
- Reconhecimento de Receita Líquida contábil de R$ 35,9 milhões, majoritariamente relacionada à execução das obras e à constituição do ativo financeiro da concessão;
- Constituição de ativo financeiro no montante de R$ 49,5 milhões, em conformidade com o modelo contábil aplicável aos contratos de concessão;
- Emissão de R$ 130 milhões em debêntures simples (empréstimo-ponte), em duas séries, destinada ao financiamento da fase de implantação do projeto;
- Desenvolvimento do projeto executivo e início das obras com diretrizes de construção sustentável, priorizando eficiência no uso de energia e água, gestão adequada de resíduos e mitigação de impactos ambientais, em linha com a agenda ESG do Grupo Opy;
- Estruturação inicial da governança, com implantação de Auditoria Interna e de processos formais de controles internos, integrados às práticas do Grupo Opy.

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 marcou o início da fase de implantação do projeto do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina (“HMMDR”), empreendimento estratégico para a ampliação e qualificação da assistência materno-infantil no Estado do Tocantins.

Ao longo do período, a Companhia concentrou seus esforços na estruturação institucional, operacional e financeira da concessão, bem como no início efetivo das obras, simbolizado pela perfuração da primeira estaca em junho de 2025. Encerramos o exercício com progresso físico consistente em diferentes frentes do projeto, em linha com o cronograma contratual.

Do ponto de vista econômico-financeiro, os resultados do exercício refletem o estágio inicial do empreendimento. Conforme esperado para projetos greenfield estruturados sob o modelo de concessão administrativa com ativo financeiro, foi registrado prejuízo contábil, decorrente principalmente da incidência de despesas financeiras e administrativas antes do início da fase operacional. Tal resultado é compatível com o planejamento do projeto e não compromete sua sustentabilidade de longo prazo.

A Administração avalia que a Companhia encerrou 2025 com estrutura de capital adequada para sustentar a continuidade das obras e avançou nas tratativas para a contratação de financiamento de longo prazo, que permitirá o alinhamento do perfil da dívida ao prazo da concessão.

Contexto operacional e perfil da Companhia

A ODR Health SPE S.A. foi constituída em outubro de 2024 com o propósito específico de executar o Contrato de Concessão Administrativa nº 02/2025, firmado com o Governo do Estado do Tocantins, para a construção, equipagem, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do HMMDR (incluindo, entre outros, manutenção predial, engenharia clínica, segurança e limpeza).

O contrato possui prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, com possibilidade de prorrogação nos termos contratuais. Durante a fase de obras, a Companhia não aufere contraprestação pública, concentrando suas atividades na implantação do ativo objeto da concessão.

O Grupo Opy

A ODR é integralmente controlada pela Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., plataforma dedicada à estruturação, implantação e gestão de ativos de infraestrutura hospitalar e social no Brasil.

O Grupo Opy possui experiência relevante em projetos desenvolvidos sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), atuando em contratos que envolvem a construção, equipagem, manutenção e operação de serviços não assistenciais em unidades hospitalares públicas. Essa experiência contribui para a adoção de elevados padrões de governança, disciplina financeira, controles internos e capacidade de execução dos projetos sob sua gestão.

A estrutura corporativa do Grupo Opy oferece suporte técnico, operacional e de governança à ODR, especialmente durante a fase de implantação da concessão, fortalecendo a mitigação de riscos e o alinhamento às melhores práticas de mercado.

O Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina

O HMMDR foi concebido para atuar como unidade de referência em saúde materno-infantil e neonatal de alta complexidade no Estado do Tocantins, com foco no atendimento de gestantes de risco habitual e alto risco, recém-nascidos e no acolhimento integral de vítimas de violência sexual.

O projeto contempla aproximadamente 22 mil m² de área construída, com capacidade para 210 leitos, incluindo leitos de UTI adulto e neonatal, centro cirúrgico, áreas ambulatoriais e estruturas de apoio assistencial.

Durante a fase operacional, a ODR será responsável pela gestão da infraestrutura e dos serviços não assistenciais, contribuindo para a eficiência operacional da unidade e para o suporte às equipes assistenciais responsáveis pelo atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nosso edificio tem 5 andares

22 mil m² de área construída

6 salas de cirurgia

210 leitos disponíveis

40 leitos de UTI *(Adulto e Neonatal)*

15 consultórios ambulatoriais

Desempenho operacional e financeiro

Como o projeto está em fase de implantação, as principais linhas do exercício de 2025 refletem (i) receita de construção, (ii) custos de obra e (iii) despesas financeiras do funding. Adicionalmente, por 2025 ser o primeiro ano de execução das obras do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, não há parâmetro de comparação relevante com o exercício anterior, e as análises e comentários a seguir referem-se exclusivamente ao desempenho de 2025, refletindo predominantemente o avanço físico-financeiro do projeto no período.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

	31/12/2025
Receita Bruta	**41.550**
Receita de remuneração do ativo de concessão	704
Receita de construção	40.846
Impostos e deduções	(5.632)
Receita líquida	**35.918**
Custos operacionais	(34.530)
Lucro Bruto	**1.388**
Margem bruta	*3,9%*
Despesas gerais e administrativas	(842)
Resultado financeiro	(3.520)
Imposto de renda e contribuição social	(239)
Resultado líquido	**(3.213)**

Receita

A Receita Líquida contábil totalizou R$ 35,9 milhões, composta pela Receita de Construção, reconhecida conforme o avanço das obras, e pela Receita de Remuneração do Ativo Financeiro. Essas receitas representam, do ponto de vista econômico, a constituição do direito de recebimento futuro da concessão, não correspondendo a faturamento operacional recorrente.

Custos e Despesas

Os custos operacionais somaram R$ 34,5 milhões, principalmente relacionados a materiais e serviços de terceiros utilizados na execução das obras. As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 842 mil, refletindo a estrutura necessária para a gestão da fase de implantação.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Custos e despesas por natureza	31/12/2025
Materiais e serviços de obra	(34.510)
Serviços de terceiros	(601)
Depreciação e amortização	(204)
Consumíveis e outros	(36)
Despesas tributárias	(21)
Total	**(35.372)**
Custo de serviço prestado	(34.530)
Despesas gerais e administrativas	(842)

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do exercício foi um prejuízo de R$ 3,2 milhões, compatível com o estágio do empreendimento e decorrente, principalmente, das despesas financeiras associadas à estrutura de captação adotada e de custos administrativos iniciais.

Estrutura de Capital e Endividamento

Para financiar a implantação do projeto, a Companhia realizou, em 2025, a emissão de empréstimo-ponte em debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, totalizando R$ 130 milhões, com vencimento em abril de 2027 e remuneração equivalente a CDI + 2,25% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava posição de caixa e equivalentes de caixa de R$ 100 milhões, proporcionando liquidez adequada para a continuidade das obras no curto prazo.

A Administração mantém tratativas avançadas para a contratação de financiamento de longo prazo, destinado ao refinanciamento das debêntures e ao alinhamento da estrutura de capital ao perfil de longo prazo da concessão. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as suas obrigações e covenants não financeiros aplicáveis.

Governança

A Companhia adota modelo de governança alinhado às diretrizes do Grupo Opy e às boas práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), compatível com o porte e o estágio de desenvolvimento da Companhia.

Em 2025, foi estruturada a área de Auditoria Interna, com atuação centralizada no Grupo Opy, além da implantação de célula dedicada de Controles Internos, com foco no mapeamento de processos, identificação de riscos e definição de controles mitigadores.

A Companhia observa Programa de Integridade, Código de Ética e Conduta e políticas corporativas aplicáveis às empresas do Grupo Opy, com foco em ética, transparência, conformidade regulatória e prevenção de riscos.

Sustentabilidade e ESG

Desde a fase de concepção e implantação, o projeto do HMMDR incorpora diretrizes de sustentabilidade voltadas ao uso eficiente de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e redução de impactos ambientais, em consonância com as diretrizes ESG do Grupo Opy.

Em 2025, as iniciativas estiveram concentradas no planejamento e na incorporação desses critérios aos projetos de engenharia e aos processos de contratação, estabelecendo as bases para uma operação futura alinhada às melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Perspectivas para 2026

Para o exercício de 2026, a Administração espera dar continuidade à execução das obras, com avanço relevante das frentes construtivas, especialmente no Bloco Principal do Hospital.

Adicionalmente, a Companhia deverá avançar na contratação do financiamento de longo prazo, no fortalecimento de sua estrutura de governança e na preparação operacional do ativo, visando à transição ordenada para a fase operacional da concessão.

Agradecimentos

A Administração agradece aos colaboradores, parceiros, fornecedores, investidores e ao Poder Concedente pela confiança e pelo apoio prestado ao longo do exercício.

Palmas, 30 de abril de 2026.

A Administração.